

Em palestra sobre pré-sal, Casagrande defende distribuição responsável dos recursos



A necessidade de uma boa aplicação dos recursos provenientes da exploração do petróleo da camada pré-sal foi uma das preocupações destacadas pelo senador Renato Casagrande (ES) durante o seminário "Petróleo e o Futuro do Brasil", promovido pelo jornal Correio Braziliense, nesta quarta-feira (23), em Brasília.

Preocupado com as conseqüências para o meio ambiente que serão geradas pela nova atividade, o parlamentar ressaltou que o dinheiro do Fundo Social – fundo que será abastecido com os lucros do petróleo – deve ser destinado à preservação ambiental, como o investimento em matrizes energéticas limpas, por exemplo.

"O brasileiro se mobilizou com a descoberta de petróleo, mas não tanto com a educação. Por quê? Porque tudo o que fazemos depende da energia e esta atividade gera interferências econômicas muito fortes, além das conseqüências sociais e ambientais. A forma como utilizamos a energia reflete no meio ambiente e é por isso que devemos nos preocupar em investir em matrizes energéticas limpas", enfatizou.

Além disso, Casagrande ressaltou a importância de injetar dinheiro em ciência e tecnologia, áreas de extrema relevância para o desenvolvimento do país e a manutenção da tecnologia empregada no setor. O combate à pobreza e o incentivo à cultura também estão na lista de prioridades para o Fundo Social.

Quanto à distribuição dos royalties entre os Estados produtores e não produtores, Casagrande afirmou que este é um tema polêmico, mas que deve ser debatido com responsabilidade para que ninguém saia prejudicado.

Casagrande foi um dos palestrantes ao lado dos deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Antônio Palocci (PT-SP).

Emenda de Valadares à PEC dos Vereadores viabiliza funcionamento das câmaras municipais

O senador Antonio Carlos Valadares (SE), líder do PSB, ficou satisfeito com a promulgação, na noite desta quarta-feira (23), da PEC dos Vereadores. Graças a emendas apresentadas por ele no Senado, foi viabilizado o funcionamento das câmaras municipais, ameaçado por grandes cortes de recursos, que variavam entre 50% e 60%, feitos anteriormente na Câmara dos Deputados. Se os cortes permanecessem, poderiam ocasionar o fechamento de cerca de 90% das Câmaras que estão em municípios com até 100 mil habitantes.

Com as emendas de Valadares estes cortes não superam 12,5%. O senador também criou mais duas faixas de percentuais de utilização de recursos para manutenção das câmaras, ao mesmo tempo em que proporcionou uma economia de R\$ 1,6 bilhão aos cofres públicos. "A plena democracia ficou garantida, pois o funcionamento das câmaras municipais são os alicerces de um regime democrático estável", avaliou.

Com a aprovação da PEC, e sua inserção na Constituição, ficam definidas as regras para a recomposição das câmaras municipais, proporcionais ao número de habitantes, e agora divididas em seis faixas populacionais e não mais em apenas quatro, como está na Constituição. A Câmara dos Deputados aprovou na última terça-feira o projeto elaborado pelo Senado sem alterações, permitindo sua promulgação na quarta-feira pelo Congresso Nacional.

Valadares participou de forma fundamental para a elaboração da PEC ao propor as novas faixas populacionais e seus percentuais de utilização de recursos para manutenção das câmaras, acatadas pelo relator da matéria, senador Walter Pereira. Apenas uma alteração foi feita pelo relator, no percentual destinado a São Paulo, Valadares havia proposto que ficasse em 2% e Pereira aumentou para 3,5%. Pela proposta de Valadares a economia aos cofres públicos chegaria a R\$ 1,8 bilhão, o que baixou para R\$ 1,6 bilhão, com a alteração feita no percentual de São Paulo.



Agência Senado